



ATA DA 71ª (SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

**1 – Data, hora e local da realização:**

Reunião realizada no dia 21 (vinte e um) do mês de junho de 2021. Em atendimento às recomendações contidas nos Decretos nº 64.862/2020 e 64.864/2020, que tratam de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19, a 71ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, de modo “virtual”, por vídeo conferência, Microsoft Teams – 09h00 às 12h00 horas.

**2 – Participantes:**

Afonso Antonio Hennel – membro do CAE  
Elionor Farah Jreige Weffort – Coordenadora do CAE  
Silverio Crestana – membro do CAE

**Secretaria de Governança:**

- Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob
- Leila Cristina P. R. Serrano
- Lara de Moraes Forjaz- convidada

**Assuntos:**

**1 – Planejamento e aprovação da Atas do CAE – 9h às 9h15**

**Documentos disponibilizados:**

- Minutas das atas da 69ª e 70ª Reuniões Ordinárias do Comitê.

**2 - Gerência de Conformidade, Controles Internos e Riscos**

– Sérgio de Carvalho Junior - GRI

- Olívia Shibata Nishiyama – DPO

- - Apresentar o Plano de Trabalho com o detalhamento das atividades e prazos para a conclusão da Matriz de Risco e Sistema de Gestão de Riscos;
- - Apresentar o cronograma detalhado contendo as etapas para adequação à LGPD.

**Documentos disponibilizados:**

- - Riscos Empresariais - Cronograma CAE 71ª Reunião;
- - LGPD CAE Julho.

A apresentação foi iniciada pelo Sr. Sérgio - GRI, no entanto, em decorrência de um problema pessoal, acompanhava seu pai numa internação hospitalar para cirurgia, precisou se ausentar por emergência, interrompendo a apresentação brevemente, passando a ser conduzida pelo Sr. Carlos Eduardo Teixeira Scheliga.

Reiniciada a apresentação dissertou sobre os riscos empresariais, que são tratados no planejamento desde o início do ano, de acordo com o cronograma apresentado:

- i) No cronograma consta a metodologia, os testes realizados, seus meios de validação, e as entrevistas realizadas com a Diretoria Executiva por meio de dois questionários, um com perguntas fechadas e outro com perguntas abertas utilizado em entrevistas presenciais, com maior exploração dos pontos do questionário.
- ii) A devolutiva do trabalho se desenvolveu numa base 3 x 3 (três por três), aferido o risco de dano com a consolidação das respostas, construindo-se assim o início a matriz de risco.
- iii) Até o momento, não se vislumbra revisão das metas para o plano de negócios.
- iv) Da consolidação do trabalho foram encontrados 14 (quatorze) grandes riscos. A partir deste ponto foi possível iniciar o monitoramento dos riscos com relação as metas corporativas.
- v) O objetivo é apresentar o trabalho consolidado até dezembro de 2021.

O CAE questiona se haverá exposição ao Comitê antes da apresentação ao CONSAD. Entende que o compartilhamento com o Comitê pode trazer maior consistência ao trabalho e menciona a Lei 13.303 que prevê ao CAE a supervisão da gestão de riscos, reputa interessante a apresentação da matriz para discussão.

O CAE pergunta se a Direção solicitou o plano de trabalho ou se o mesmo foi realizado exclusivamente para a demanda deste Comitê. Foi esclarecido que o cronograma reflete a meta corporativa do gerenciamento da empresa, aprovada pelo Presidente e por toda a Diretoria Colegiada.

O CAE afirma que não foi apresentada a matriz como um todo, pergunta se foi contemplada na mesma o apetite ao risco. Foi esclarecido que o estudo do apetite ao risco evoluirá conforme a maturidade do trabalho em curso. Mesmo tendo ciência de que o apetite ao risco da empresa pública é conservador, sua discussão virá apurada após a vivência dos riscos do contexto externo, que é o fator que orienta o apetite ao risco. A definição de fatos e dados para evoluir com a matriz de risco.

Há menção ao KRI (*Key Risk Indicators*), que são indicadores, chaves de risco como ferramenta para uma gestão de riscos mais eficaz, versam sobre a abordagem de apetite ao que se pode tolerar, gerenciar, para acompanhar e estabelecer medidas no controle ao limite de tolerância.

A existência de correlação entre as metas e planos correlacionados que podem auxiliar a Diretoria a atacar o risco do negócio.

O Sr. Carlos Eduardo expõe que a Diretoria precisa tomar ciência dos grandes riscos financeiros, estratégicos, reputacionais, para que seja feita a consolidação das metas corporativas e o que de fato se pode realizar dentro da capacidade de ação da CPTM.

Foi destacado pelo CAE que na versão inicial, a gestão de riscos engloba a Companhia como um todo, havendo uma combinação que envolve muitas áreas e setores (áreas meio e áreas fim) que representam riscos transversais.

Questionado sobre o processo de contratação do software, o Sr. Carlos Eduardo informou que está em andamento, haverá um pregão eletrônico, a verba para aquisição já foi aprovada e a previsão é de que o processo seja publicado ainda no ano de 2021. Entende que será uma nova etapa, além da fase crítica até agora adquirida com a grande ajuda externa e o software.



2

Salienta que no processo de elaboração do termo de referência houve reuniões com 5 (cinco) empresas de tecnologia para haver certeza do que se procura, verificando-se o que existe efetivamente no mercado, com questionamentos aos fornecedores para que compreendam nossas reais necessidades.

Reforça que o atual software desenvolvido na CPTM apesar de seus déficits, tem cumprido o seu papel e auxiliado no processo.

O CAE agradece a apresentação e esclarecimentos e solicita que se insira nas pendências do CAE a revisão e inclusão da apresentação mencionada ao CAE antes daquela que se fará ao CONSAD.

**Cronograma detalhado contendo as etapas para adequação à LGPD**

A Sra. Olívia – DPO inicia a explanação mencionando as ações em andamento, o início das sanções em agosto, bem como a *live* sobre LGPD no *talk show* “Nos Trilhos” da qual participou junto ao Presidente. A mesma foi elogiada pela participação e conteúdo abordado pelos membros do CAE.

- i) Esclarece que no início as sanções da Lei Geral de Proteção de Dados serão orientativas e educativas, o que permitirá às empresas adequação e compreensão de como atuar no novo sistema de acordo com a lei.
- ii) O Canal de publicação está construído, ainda há normas em discussão na CADA quanto aos prazos, porém até o final do mês de julho o objetivo é que esteja efetivamente pronto e disponível.
- iii) Quanto ao treinamento (curso LGPD no site) expõe que 75 % (setenta e cinco) por cento dos mais de 7000 mil colaboradores já realizaram o curso. A meta inicial era de que até 31 de junho, 100 % (cem por cento) dos colaboradores concluíssem. Trata-se de um número bastante razoável, e ainda resta mais de uma semana para a realização do mesmo.
- iv) Atravessam um momento de elaboração de notas técnicas dos contratos para que se estabeleçam os conceitos gerais da política geral de privacidade. O objetivo é a elaboração de uma cartilha mais didática da CPTM para constar no site, que será publicada até setembro próximo.
- v) Foram iniciados os estudos de possíveis incidentes de segurança da GFI, com a realização de inventário de dados para elaboração mais completa e real dos mapeamentos e otimização do inventário, na área junto ao GFI com um sistema adequado.
- vi) O escopo é iniciar o relatório de impacto até dezembro de 2021.

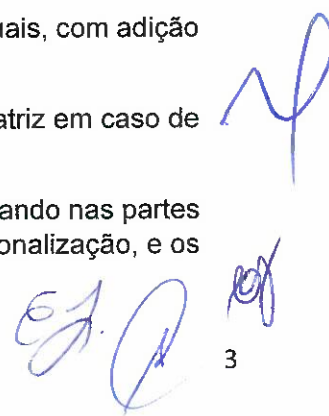
O CAE apresenta dúvidas com relação aos contratos já em vigor. Expõe que entende imprescindível o estabelecimento de diretrizes para os novos contratos. Exemplifica citando os contratos com empresas de segurança (terceirização), câmeras e sua operação, verbaliza que o ajuste de contratos é crítico.

A Sra. Olívia afirma que existe diálogo para o mapeamento, e quanto aos dados explicita que todo o armazenamento de dados, imagens se encontra na CPTM.

Quanto aos contratos vigentes esclarece que já há modificações contratuais, com adição de cláusulas de adequação a LGPD, como o da Prodesp.

O CAE pergunta se existe um comitê de crise? A LGPD fará parte da matriz em caso de crise?

Retomado pelo CAE o assunto da adequação dos contratos à LGPD focando nas partes relacionadas. Há menção ao Bilhete Único e SPTrans que faz a operacionalização, e os dados, que podem ser questionados.



Entende também a necessidade de adequação da LGPD ao cadastro de usuários do BU, bem como que o treinamento (curso vigente online) seja estendido aos membros do Conselho Administrativo, Conselho Fiscal e CAE. Questiona se há planejamento, treinamento dos gestores/administradores.

A Sra. Olívia solicita o *e.mail* dos membros do CAE para o envio dos dados para o treinamento. A Dra. Carolina indaga se pode ser por meio de endereço eletrônico externo, ao que respondem positivamente. Os membros do CAE externam que desejam realizar e analisar o treinamento.

A Sra. Olívia menciona os contratos em andamento com a SPTrans e BU em que os aditivos já preveem a inserção de cláusulas nos termos da LGPD.

O CAE manifesta que gostaria de blindar a companhia quanto aos contratos vigentes, que a questão fosse cuidada com atenção.

#### **Comentários e Sugestões do CAE**

O CAE solicita que se realize a exposição da matriz de risco pela GRI antes da apresentação ao CONSAD por entender que o compartilhamento do trabalho com o Comitê poderá agregar e torná-lo mais consistente, bem como em razão da Lei 13.303, que prevê que o CAE supervisione a gestão de riscos, reputa interessante a apresentação da matriz para discussão.

Recomenda a utilização de softwares prontos (plano de ação e acompanhamento) para auxiliar nos controles da GRI junto ao software “caseiro” em uso.

O CAE sugere um protocolo de gestão de crise para eventuais problemas com o cumprimento da LGPD.

#### **3 – Auditoria**

- Relato dos Trabalhos de Auditoria Interna realizados no mês;
- Avaliação pelo CAE da Auditoria Interna (restrita aos membros do CAE).

#### **Documentos disponibilizados:**

- DRAU - Atividades até 12-07-2021
- DRAU - REL59521 - Contrato gerenciamento
- DRAU - REL59621 - Canal de denúncias e Comitê de Ética

A apresentação foi iniciada pela Sra. Juliana – DRAU, destacando os seguintes pontos:

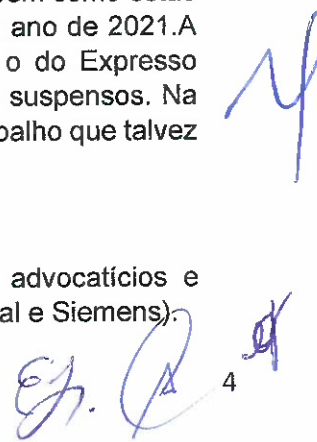
Apresentação dos Trabalhos do Período até 12/07/2021

- i) 2 Relatórios concluídos;
- ii) 2 relatórios emitidos no mês;
- iii) 12 trabalhos remanescentes de 2020;
- iv) 13 trabalhos não iniciados.

O CAE questiona a respeito dos 12 trabalhos remanescentes. Argui também como estão previstas no tempo as 25 (vinte e cinco) auditorias programadas para o ano de 2021. A Sra. Juliana pondera que só houve remanejamento de um trabalho, o do Expresso Turístico, uma vez que com a pandemia de COVID, teve seus serviços suspensos. Na transição ainda não há previsão de reabertura, será, portanto o único trabalho que talvez não seja executado, em virtude da suspensão.

Os demais serão devidamente cumpridos de acordo com o cronograma.

O CAE reitera o pedido para endereçar o assunto dos honorários advocatícios e depósitos judiciais, bem como os grandes contratos de câmbio (Infoglobal e Siemens).





Foi esclarecido que os grandes contratos não entram neste ano na previsão. A retomada é recente, e expõe que se for outro o entendimento pode ser deliberado de forma diversa.

**Trabalhos em andamento – PAINT 2020 e 2021**

O CAE intervém e expõe que deseja que os pontos relevantes dos relatórios sejam incluídos nas apresentações.

A Sra. Juliana dá andamento a apresentação dos trabalhos, demonstrando que o PAINT 2020/2021 está em fase de fechamento de relatório.

Com relação ao PAINT 2020 que versa sobre o contrato com a CRJ Projetos e Obras (linha 9) e devido a concessão houve mudança da abordagem do trabalho, voltando-se mais para a transferência, obra, comissionamento.

Relata que este é o primeiro trabalho no qual a nova integrante do DRAU, engenheira civil, com especialização em meio ambiente, está laborando. O projeto aborda três assuntos: reforço, áreas e tração, para que haja uma ampliação do olhar.

Relata que a nova funcionária vem passando por treinamento interno, tomando contato e ciência dos manuais para adaptação a linguagem de auditoria, uma vez que migrou de área distinta na empresa. Trabalhará com o Sr. Lucio que é auditor há 8 (oito) anos, com quem fará dupla, supervisionará a metodologia, documentação, e desde esse início já tem apresentado bons relatórios.

O CAE demanda se no período da pandemia, todos os contratos deveriam ser auditados.

A Sra. Juliana esclarece que apenas aqueles emergenciais, ligados ao Covid, que tiveram como escopo, fonte de recursos específicos a existência da pandemia. Pontua que por enquanto entraram apenas 3 (três) contratos que se inserem em “contratação covid”, e que nos auditados no período não houve qualquer irregularidade, não surgiram questões de controle.

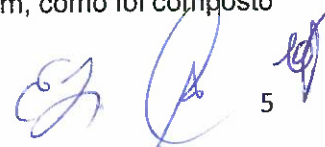
A Sra. Juliana menciona a existência de filtro no sistema interno para essas contratações. Quando se trata de uma contratação normal o rito é o habitual, já, se for uma “contratação Covid” entra na auditoria com o acompanhamento total da conformidade, em que há mais de uma fonte para garantia de controle. Aplica-se o SIGEL nos casos destas contratações.

“ O SIGEL foi desenvolvido para controle de processos e produtos através de listas de verificação (LV) ou checklist. O SIGEL permite que processos complexos sejam corretamente **monitorados e registrados**, de forma rápida e efetiva por profissionais que não são especialistas na área.

O banco de dados do SIGEL contém **centenas de LVs** técnicas que são aplicadas sobre as diversas atividades construtivas em temas como Qualidade, Segurança e Meio Ambiente **em conformidade com requisitos de legislação e requisitos normativos**. A coleta dos dados é feita em campo com a frequência definida pelos gerentes, que recebem **relatórios consolidados** mostrando claramente os problemas e indicando o melhor tratamento para cada desvio detectado”

A Sra. Juliana segue explicando o PAINT 2020 informando sobre o trabalho em andamento no contrato de recuperação de bancas de sacaria (veículos auxiliares de manutenção).

O CAE pondera e pergunta se há avaliação das partes contratantes, relacionadas ou não. Quem contrata, quais são as relações, os parâmetros do mercado. O que existe neste contrato? Há segregação de funções, onde a auditoria faz um programa de trabalho, nas etapas da licitação, preço, solicitação, especificações, necessidade, fracionamento, direcionamento? Questiona se há parecer jurídico. Se houve checagem, como foi composto o preço, e qual a metodologia para o preço de referência?



A Sra. Juliana esclarece que dependendo do tipo de licitação muda muito a atuação da Auditoria. Ilustra que no Pregão Eletrônico há pouca intervenção, já na Concorrência há maior cuidado na análise dos documentos. No entanto, independente da forma da licitação a Auditoria sempre se certifica da lisura do processo.

Quanto ao contrato em questão esclarece que ainda não houve medição. Trata-se de contrato de manutenção de equipamentos, a primeira medição se deu para testes.

O CAE pergunta quando o serviço de manutenção começará a ser feito? A Sra. Juliana esclarece que ainda não se iniciou, que houve suspensão do contrato com a empresa CRJ, e que, com a manutenção de vias permanentes ocorre de modo diferente.

Pondera que a auditoria de execução de contratos ocorre durante a execução dos mesmos. Os maiores contratos são auditados por amostragem.

O CAE entende que seria pertinente se houvesse uma regra de auditoria a partir de determinado valor do contrato, expõe que deve ser analisado o valor por qualitativo.

Juliana expõe que nos contratos em gestão de manutenção de equipamentos (GOV) são testados indiretamente os controles, ocorrendo o teste pela materialidade, por vezes pela rotação de ênfase é possível verificar.

A Sra. Juliana passa a demonstrar outros trabalhos em andamento:

- i) A auditoria contínua - o monitoramento de 18 contratos e afirma que o trabalho busca as exceções.
- ii) Contratos de expansão: Obras de Engenharia, TAC de acessibilidade, termos de ajuste /MP.

O CAE observa que o acompanhamento, com o monitoramento das medições pode apontar qualquer anomalia existente.

A Sra. Juliana concorda e completa, que o acompanhamento constante tende a melhorar a execução dos projetos.

O CAE expressa que a auditoria pode ser usada como um critério na previsão orçamentária uma vez que demonstra o caminho que a empresa seguirá, as obras necessárias para o planejamento estratégico dado o acesso ao sistema alvo, aos contratos em andamento

A Sra. Juliana concorda e afirma que o trabalho contínuo, visando as exceções torna o processo mais expandido, faz a auditoria mais moderna. No futuro as auditorias procurarão as falhas nos contratos, através de perguntas, direcionamento do trabalho para elucidação dos processos.

O CAE pergunta como alguém pode driblar o sistema? Entendem que não há controle específico.

Com a automatização a base de dados do sistema é constantemente verificada, não sendo possíveis lapsos. Atualmente a medição do serviço executado aprovada pelo gestor demonstra que a despesa é efetivamente devida.

O CAE questiona como seriam pagos os pequenos contratos de manutenção?

A Sra. Juliana expõe que o ideal seria automatizar inicialmente para contratos de expansão. Tendo essa ferramenta mais robusta poderemos acessar melhor os dados e cadastros.

O CAE se coloca à disposição para sugerir, indicar, auxiliar na procura de um software, solicitar em nome da Gerência.



A Sra. Juliana reporta que a Auditoria e a área de TI estão alinhadas e vêm pesquisando juntas o software ideal.

O CAE indaga qual é o percentual de contratos que são auditados na CPTM? Se há perspectiva anual, e mais objetivamente qual o total de contratos?

A Sra. Juliana expõe que a Auditoria realiza em média 30 (trinta) trabalhos por ano, não pode no momento precisar o número de contratos vigentes da CPTM, embora tenha acessibilidade ao sistema, uma vez que têm todos a disposição.

O CAE formaliza o pedido de tal informação. O número de contratos vigentes da Companhia, e quantos são auditados? Para que se tenha uma ideia do percentual de nossos contratos auditados por materialidade ou importância. Há empresas que auditam tudo, quando a Companhia poderia fazer esta transição?

O CAE entende que 30 (trinta) contratos por ano representam um bom número.

A Sra. Juliana exprime que a intenção é a automatização do processo. Menciona que os grandes contratos como vigilância, manutenção de trens, limpeza, frota são permanentemente acompanhados por serem sensíveis. Discorre que deve haver análise de riscos das transações, para contínuo afinamento com a área de TI, havendo novas hipóteses de relatórios automáticos, o que acredita ocorra numa transição natural para um modelo de mercado atual, onde há um painel com trabalho sobre exceções.

#### **Achados**

A Sra. Juliana apresenta um resumo do assunto achados para facilitar análise das informações.

O CAE sugere relatório de uma página, com todos os projetos e menciona que há progressos, com bons relatórios apresentados. Gostariam de se aprofundar no processo/critério de seleção dos processos a serem auditados (PAINT), manifesta que o critério deve ser mais focado na busca de possíveis fraudes, com o foco voltado para as áreas de possíveis lapsos na metodologia utilizada. Menciona os Novos Negócios, em que é necessária atenção aos contratos de mídia, shopping, marketing, tendo em vista que não há tradição com tais assuntos na Administração.

A Sra. Juliana afirma que enxerga um cenário mais abrangente no futuro.

#### **Acompanhamento – PAINT 2021**

- i) Horas disponíveis x acumulado até junho de 2021.
- ii) *Follow up* das recomendações e ações

O CAE pergunta qual é a pendência mais antiga da Auditoria? A Sra. Juliana responde que há uma pendência de obras, anterior a 2015, com contagem física.



Há menção pelo CAE de pendências do mapeamento de contratos, manutenção blocos de contratos.

A Sra. Juliana afirma que pretende apresentar o solicitado na próxima reunião.

#### **Análise pontual dos Relatórios de Auditoria**

##### **i) RAUD 0595/2021**

Contrato de Gerenciamento voltado para relatórios da CEF, como há recursos do PAC – Programa de Aceleração ao Crescimento, são necessários relatórios específicos e minuciosos.

   
7

Temos como conclusão de que todos os controles foram testados e são efetivos, o Relatório relata o contrato em si, controles, testes de riscos identificados. A área gestora valida as ações.

Há efetiva parametrização do sistema o que ajusta a contabilização mensal.

O CAE demanda se houve teste de execução do contrato?

A Sra. Juliana explica que se trata de contrato de 30 meses (de janeiro de 2020 à 2022).

Ocorre a verificação do andamento, selecionadas as medições do período quanto a valoração e orçamento. Os controles no caso em específico foram muito consistentes. A CAIXA ECONOMICA FEDERAL- CEF é bastante rigorosa quanto a documentação, há controles eficazes implementados.

O CAE pondera que este é o exemplo da avaliação da auditoria realizada pelos auditados. Entende ser eficaz e complementar ao método.

O CAE discute como avaliar os formulários, as expectativas, os resultados no esteio da avaliação realizada pelos auditados. Entende importante que se apresente uma listagem de relatórios do período e as responsabilidades das áreas envolvidas.

A Sra. Juliana esclarece que nos relatórios já há menção de quem elaborou o relatório, do responsável pela área, a recomendações e pontos de auditoria das várias áreas envolvidas.

O CAE entende que se trata de análises diferentes. No programa de Gestão e Melhoria de Qualidade do modelo IIA a auditoria faz a avaliação, e consta no RAINTE a avaliação do próprio auditado. Mencionam que na CGU a partir do PGMQ será aplicado o modelo.

ii) **RAUD 0596**

Auditoria sobre procedimentos do Canal de Denúncias e Comitê de Ética

O procedimento se dá com a realização de dois relatórios, um do Canal de Denúncias e outro do Comitê de ética.

O CAE questiona quando a denúncia envolve um Diretor. Se houve alguma denúncia nesse período contra algum Diretor?

A Sra. Juliana afirma que não há denúncia contra Diretores, que ela verificou pessoalmente todos os encaminhamentos.

O CAE pergunta a Sra. Juliana se o Comitê de Ética teve liberdade? Se houve pressão para análise das denúncias.

A Sra. Juliana responde que verificou por amostragem no Comitê de Ética. Esclarece que a apuração não é feita pela ouvidoria.

Complementa que os membros do Comitê são indicados por membros da Diretoria, que atualmente o Comitê é composto pelo Sr. Sergio Carvalho Júnior (GRI), Dra. Fernanda Gaban (RH) e Dra. Katia Nascimento Benvenuto Fumagalli (ARA), ambas advogadas.

O CAE consigna que o objetivo do Canal de Denúncias e o Comitê de Ética têm trabalhos distintos, expõe que no Canal o controle deve garantir o adequado recebimento, encaminhamento e endereçamento, arquivamento, com garantia de duplo filtro. O que não é denúncia é redirecionado.





A Sra. Juliana afirma que os controles garantem o recebimento e endereçamento adequado, e que o CAE não tem estrutura para receber denúncias, e menciona parecer do Departamento Jurídico da empresa que cita a Deliberação do CODEC n.º 5, de 27/11/2017, art. 11., I e IV, sendo o recebimento da denúncia realizado pelo canal já existente.

O CAE questiona a afirmação da Sra. Juliana, tendo em vista que nos termos da Lei 13.303 o Comitê deve participar do recebimento, entrada e acesso à denúncia. Menciona que quando da criação do Comitê há *e-mails* que demonstram o poder do CAE de receber denúncias, e que deve ser revisto o Canal de Denúncia e Comitê de Ética.

Solicitam o parecer jurídico na íntegra e demonstram interpretar de modo distinto a participação do CAE na questão das denúncias.

A Sra. Juliana afirma que os controles internos foram checados na Auditoria, incluindo eventuais denúncias em que possa haver conflito de interesses.

O CAE afirma que a triagem é feita por uma pessoa só na Ouvidoria, ao que a Sra. Juliana confirma, e completa que na ausência da Sra. Claudía, sua equipe segue o regimento próprio de acordo com treinamentos específicos.

Afirma ainda que na Auditoria tudo está de acordo com a conformidade, foram realizados testes, tomadas providências, levantamento, dados de sigilo, houve avaliação minuciosa e criteriosa. É importante relatar e consignar que foram feitos testes, e que o Sistema não permite que se apague nada, o que configura uma ferramenta de controle.

O CAE novamente reforça que a lei 13.313 se sobrepõe a qualquer decisão do CODEC sobre o assunto. Solicita na íntegra a deliberação do CODEC e o parecer jurídico da CPTM sobre o assunto.

O CAE entende que a análise das denúncias cabe ao Compliance, ao que a Sra. Juliana afirma a independência para obter e validar os processos, com o monitoramento do GRI na governança. Se for identificado algo diferente, o relatório vai para a GRI.

A Sra. Juliana demonstra que há sintonia das áreas com as preocupações do CAE.

O CAE agradece e elogia a apresentação e esclarecimentos.

#### **Comentários e Sugestões do CAE**

O CAE solicita destaque nos relatórios, em especial nos pontos importantes de controle, explicita que as questões centrais devem ser trazidas a discussão, solicitam que se frise as questões de controle, a observação dos aspectos relevantes, e, se as mesmas se repetem, evoluem, se agravam ao longo das análises.

O CAE solicita a apresentação do parecer jurídico a respeito do recebimento de denúncias no Canal de Denúncias, e reitera a solicitação de apresentação quanto ao relatório dos depósitos judiciais e honorários advocatícios.

Sugere que na próxima reunião seja chamada a equipe completa da Auditoria para conhecê-los e ouvi-los, bem como se realize a apresentação das posições do Comitê à Auditoria.

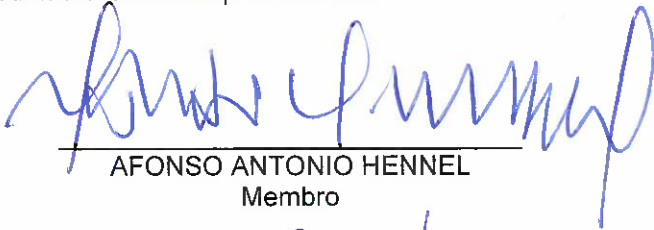
4 - Pendências:

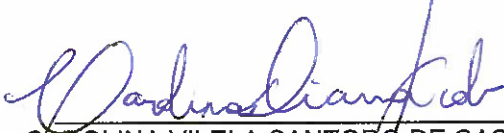
PENDÊNCIAS	
Assuntos	Responsável
Parecer Jurídico – recebimento de Denúncia	Juliana Stark - DRAU

NADA MAIS havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata.

  
\_\_\_\_\_  
ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT  
Coordenadora

  
\_\_\_\_\_  
SILVERIO CRESTANA  
Membro

  
\_\_\_\_\_  
AFONSO ANTONIO HENNEL  
Membro

  
\_\_\_\_\_  
CAROLINA VILELA SANTORO DE CASTRO  
VIANNA JACOB  
Secretária